

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.280 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 20 DE ABRIL DE 2001



O Senado está tomando todas as providências para esclarecer violação do painel, diz Jader

Jader garante que tudo será apurado

PÁGINA 3



Entre os senadores Ramez Tebet e Romeu Tuma, a ex-diretora do Prodasen garantiu que não tirou cópias da lista de votações

Ex-diretora diz que cumpriu ordem ao violar o painel

Regina Célia detalha conversas que teria mantido com os senadores José Roberto Arruda e Antonio Carlos Magalhães a respeito da lista de votos da sessão que cassou Luiz Estevão

Em depoimento que durou mais de cinco horas – e durante o qual chorou várias vezes –, a ex-diretora do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen) Regina Célia Peres Borges confirmou ontem que cumpriu ordens ao entregar a um assessor do senador José Roberto Arruda a lista com os votos da sessão secreta que cassou o man-

dato de Luiz Estevão. Pedindo desculpas ao Senado por haver provocado “tantos constrangimentos”, Regina mencionou os locais em que teria se encontrado com os senadores Arruda e Antonio Carlos Magalhães para tratar de questões relativas à quebra do sigilo de votação. O Conselho de Ética decidiu ouvir os dois senadores citados pela ex-diretora do Prodasen.

Jucá anuncia que assume liderança do governo

O senador Romero Jucá comunicou ao Plenário que José Roberto Arruda decidiu deixar, temporariamente, a liderança do governo no Senado. O próprio Jucá, na qualidade de vice-líder, assume interinamente as funções.

PÁGINA 3

“*Eu errei no processo todo. Estou abrindo minha alma e quero falar tudo*”

“*Desde aquele dia eu não durmo direito, vivo em pânico. Um verdadeiro calvário*”

“*Não houve alteração de votos. Isso eu não faria nem com metralhadora na cabeça*”

PÁGINAS 4 E 5



Otacílio Ferreira (D) apontou irregularidades como a falsificação de assinaturas de dirigentes

ADVOGADO VÊ NEPOTISMO NO FUTEBOL MINEIRO

O advogado e jornalista Otacílio Ferreira da Costa apresentou ontem à CPI do Futebol do Senado denúncias de nepotismo e clientelismo na Federação Mineira.

PÁGINA 2

Ex-diretor denuncia irregularidades na Federação Mineira de Futebol

Esquema de poder baseado em clientelismo e nepotismo domina a entidade, conforme depoimento do advogado e jornalista Otacílio Ferreira da Costa à CPI



O advogado e jornalista Otacílio Ferreira da Costa apresentou ontem à CPI do Futebol denúncias de clientelismo e nepotismo na Federação Mineira de Futebol (FMF).

Segundo o depoente, o coronel José Guilherme, eleito presidente da entidade pela primeira vez em 1966, montou um esquema para manter-se no poder até hoje, por intermédio de seu filho, Elmer Guilherme Ferreira, atual presidente.

Otacílio disse que, depois de permanecer 17 anos à frente da entidade por meio de alterações estatutárias irregulares, José Guilherme elegeu Alcir Nogueira para sucedê-lo, em uma chapa na qual Elmer Guilherme já aparecia como vice-presidente. Além do filho, acrescentou, o coronel teria empregado diversos outros parentes.



Antero Paes de Barros e Álvaro Dias ouvem as denúncias de Otacílio Ferreira da Costa à CPI do Futebol

— O futebol mineiro se transformou em clientelismo criminoso — afirmou, observando que José Guilherme cooptava presidentes de ligas “desonestos e muitas vezes simplórios” para ter votos nas eleições.

Coronel reformado da Polícia Militar de Minas Gerais, José Guilherme tem 88 anos, segundo o depoente, e ainda é diretor de futebol amador do interior da FMF, ganhando R\$ 2,5 mil por mês pela função,

que não deveria ser remunerada.

Otacílio, que por três vezes foi diretor do departamento de futebol amador e candidatou-se à presidência da entidade em duas oportunidades, afirmou que o coronel José Guilherme foi condenado em 1986 por malversação de recursos da FMF, mas não cumpriu a pena por ser réu primário e, assim, não deixou a direção da entidade. Nas prestações de contas, o depoente citou

inúmeras irregularidades, como a falsificação de assinaturas de dirigentes. O presidente da CPI, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), determinou que o documento entregue seja encaminhado à Polícia Federal para análise das assinaturas.

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), designado relator *ad hoc* pelo presidente da CPI, revelou que, na declaração de Imposto de Renda (IR), a FMF não consta como uma das fontes pagadoras de Elmer Guilherme, já que, pelo estatuto da entidade, o cargo de presidente não pode ser remunerado. Em resposta ao relator, o depoente disse que não tem conhecimento de que o dirigente tenha outra ocupação.

O presidente da CPI teve que cobrar objetividade do depoente por diversas vezes, mas pôde concluir que o “principal clube de Minas Gerais é o Nepotismo Futebol Clube”.

Eduardo Siqueira Campos defende retorno de César Maia ao PFL

Na condição de membro da executiva nacional do PFL, o senador Eduardo Siqueira Campos (TO) fez um apelo ao também pefelista e ex-prefeito do Rio de Janeiro Luiz Paulo Conde, na sessão plenária de ontem, para que supere as diferenças políticas e aceite a possibilidade de retorno ao partido do atual prefeito, César Maia. Eduardo espera que esse impasse seja sanado e o regresso de Maia aos quadros do PFL já se defina segunda-feira, quando a direção nacional se reúne em São Luís (MA).

— Apelo ao ex-prefeito Luiz Paulo Conde para que tenha um gesto de grandeza e aproveite essa rara oportunidade para demonstrar que se preocupa com o desenvolvimento do Rio de Janeiro e o crescimento do PFL no estado — declarou.

Eduardo elogiou “a capacidade técnica e o talento político” de César Maia, sustentando que o PFL “vai ganhar muito” com o retorno do prefeito ao partido. Ele disse que a bancada federal pefelista já se encontra em “estado de euforia e otimismo” com essa possibilidade.

A exemplo desses parlamentares, Eduardo colocou-se entre os que “ousam, se renovam e desejam ver o crescimento do partido”. Ele acrescentou que Maia, mesmo que não seja aceito novamente no PFL, pode ficar certo de que continua a contar com a admiração e o apoio de vários companheiros no Congresso.



Eduardo apela a Conde para aceitar retorno de Maia

Cândido preside subcomissão da P-36

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) foi eleito ontem presidente da subcomissão destinada a investigar as causas do desastre da plataforma petrolífera P-36, que afundou na Bacia de Campos (RJ), matando 11 trabalhadores. A subcomissão funcionará no âmbito da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).



Geraldo Cândido quer apurar as causas do acidente

Cândido havia proposto a criação de uma subcomissão permanente para tratar dos desastres ecológicos em todo o país. Inicialmente aprovada, a subcomissão foi desconstituída e, em seu lugar, criada a subcomissão temporária, que investigará o acidente da P-36. Segundo o senador, é preciso apurar as causas do acidente e investigar se a Petróbras cumpriu os procedimentos de segurança.

Mauro Miranda elogia ação de Roriz no DF e lamenta “vazio” do governo Perillo em Goiás

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) comparou ontem o trabalho desenvolvido pelos governadores do Distrito Federal e de Goiás para a solução de problemas como o desemprego. Ele parabenizou Joaquim Roriz pela “maratona administrativa” e pela quantidade de obras em Brasília, e lamentou o “vazio administrativo” de Marconi Perillo em Goiás. “A proximidade entre o Distrito Federal e o estado de Goiás esta-



Mauro compara governos do DF e de Goiás

belece uma inevitável comparação”, explicou o senador.

— Por onde passo, vejo a ação do governo do Distrito Federal de agora. Vejo a administração agindo, atuando em várias áreas, resolvendo questões antigas. O Unicef — órgão da ONU para a infância e a adolescência — considerou o Distrito Federal como a melhor

unidade da Federação para uma criança nascer e crescer, pela prestação de serviços públicos na educação e na saúde — observou.

Conforme o senador, o DF está atraindo empresas e criou 56 mil empregos no ano passado, num universo de 210 mil desempregados herdados do governo anterior, enquanto a promessa feita em campanha por Perillo, de criar 400 mil empregos em quatro anos, não está sendo cumprida. “No DF, as coisas são feitas com os pés no chão. Incentivos fiscais, industrialização, novos postos de trabalho e, somente depois, a divulgação de números reais e consistentes”, comparou.

Mauro Miranda destacou ainda obras iniciadas por Roriz, como a construção de viadutos, novas vias e ampliação de antigas, o metrô e a terceira ponte do Lago Sul.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Costa
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

AGENDA

SEXTA-FEIRA, 20 DE ABRIL DE 2001

PLENÁRIO

9h — Sessão não deliberativa



Para Paulo Hartung, a CAE deve acompanhar melhor os rumos da política monetária

Paulo Hartung critica novo aumento da taxa de juros

Ao se referir à elevação da taxa básica de juros anunciada quarta-feira pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), o senador Paulo Hartung (PPS-ES) manifestou apreensão com os rumos da política monetária nacional.

Para ele, o BC reincidiu no "erro" de aumentar os juros, como tinha feito em março. A decisão, disse, contribuiu para espalhar o pânico no mercado financeiro, ao lado da valorização do dólar propiciada pela crise da Argentina e dos problemas econômicos dos Estados Unidos.

— Essa barbearagem aumentou o custo de captação de crédito pessoal e de investimentos pelos microempresários — declarou.

Ele também conclamou o Congresso Nacional a debater a elevação da dívida pública em R\$ 18 bilhões em março.

— No momento em que o governo começa a fazer caixa com o aumento da Cofins e da CPMF e com o congelamento da tabela do Imposto de Renda, torra R\$ 18 bi por erro na condução da política monetária — criticou.

Hartung cobrou da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) um acompanhamento mais constante das deliberações do Copom e da política monetária. Apesar de condenar a majoração da taxa básica de juros nos últimos dois meses, o parlamentar avalia de forma positiva o trabalho realizado por Armínio Fraga Neto à frente do Banco Central.

Em aparte, Roberto Requião (PMDB-PR) criticou a tese da independência do BC. Para ele, o fundamental é que o Senado cumpra a sua função de fiscalizar os atos do governo e que a sociedade participe mais da discussão das questões econômicas.

Jader nega acordo no caso do painel

Ele diz que violação do sistema de votação eletrônica será investigada e desmente a existência de supostos entendimentos para evitar punições dos parlamentares envolvidos no episódio

O presidente do Senado, Jader Barbalho, contestou na manhã de ontem a versão, levantada por alguns veículos de comunicação, sobre a possibilidade de surgir um acordo político entre os parlamentares envolvidos com o caso da violação do painel de votação do Senado, a fim de evitar punições. "O Senado, por intermédio dos mecanismos que possui, está tomando todas as providências para apurar os fatos", destacou.

Exemplo desse empenho em esclarecer o episódio e as responsabilidades dos personagens envolvidos, no entender de Jader, é a rapidez com que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar marcou o depoimento da funcionária Regina Célia Peres Borges, ex-diretora do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen).

— Todos os fatos estão demonstrando que o Senado está



Jader Barbalho: "O Senado está tomando todas as providências para apurar os fatos"

tomando as providências e apurando — observou.

Com relação à declaração do presidente Fernando Henrique Cardoso, questionando a oportunidade de formação da CPI da Corrupção e afirmando que antes o Senado "deve arrumar a Casa", o senador Jader Barbalho disse ver a frase como "um ponto de vista político". E lembrou que o presidente da Repú-

blica já manifestou inúmeras vezes sua opinião sobre a inconveniência de criação, neste momento, de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar uma extensa pauta de casos suspeitos de corrupção.

RENÚNCIA DO LÍDER

A renúncia do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) ao posto de líder do governo no Senado, por outro lado, foi considerada por Jader como uma "decisão pessoal, que deve ser compreendida como um gesto de natureza política de quem, em face dessa questão do painel, prefere concentrar suas ações exatamente nisso".

— Foi uma atitude mais que racional, no sentido de que as tarefas como líder do governo certamente criariam uma grande dificuldade para ele, e neste momento ele precisa voltar suas atenções para este episódio do painel — concluiu.



Suplicy fez reparos à versão de Arruda sobre o seu encontro com o jornalista Ricardo Noblat

Suplicy diz que jornalista não telefonou para Arruda

O jornalista Ricardo Noblat não telefonou para o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) na noite de 27 de junho de 2000 para lembrá-lo de um jantar. A revelação foi feita ontem pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ao responder a pronunciamento anterior de Arruda.

— Ricardo Noblat me disse que não fez esse telefonema no carro, ou no caminho, para Arruda. O encontro estava marcado antecipadamente. E para lá foi Arruda, consciente de que Noblat costumava sair bem depois das 22h da redação do *Correio Braziliense*, e tendo terminado a cerimônia (de posse do presidente do TSE) às 20h40, dava perfeitamente tempo para ele dar uma passada em casa — afirmou Suplicy.

O senador disse que gostaria de responder a Arruda na presença dele e que não o ofendeu ao fazer críticas e indagações "com todo o respeito". Suplicy pediu a Arruda que estivesse presente no Conselho de Ética, diante da ex-diretora do Prodasen Regina Borges, "para ouvir seu depoimento ao vivo, olho no olho, frente a frente". Convidou Noblat para fazer o mesmo, de forma a dar qualquer esclarecimento que se faça necessário.

Em relação à afirmação de Arruda quanto ao fato de Suplicy descender de Matarazzo, o senador explicou que só não utiliza o nome completo (Eduardo Matarazzo Suplicy) porque, ao se inscrever, o senador Mário Covas o alertou que assim feriria o Regimento Interno, que permite o uso de apenas dois nomes, e preferiu utilizar o sobrenome de seu pai.

Jucá anuncia renúncia de Arruda a cargo de líder

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) comunicou ontem ao Plenário que o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) decidiu deixar, temporariamente, a liderança do governo no Senado para tornar mais fácil explicar-se em relação aos fatos que o envolvem no episódio da violação do sigilo da votação em que Luiz Estevão teve o seu mandato de senador cassado.

Na qualidade de vice-líder, Jucá assumirá, interinamente, a função de líder. Ele garantiu que sua interinidade será breve e considerou que Arruda, ao se licenciar da liderança, demonstrou despreendimento pessoal e firmeza política.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que pedirá à Telebrasília, com o consentimento da ex-diretora do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen) Regina Célia Borges, os registros dos telefonemas que ela disse ter recebido nos dias 27 e 28 de junho do ano passado, para constatar se a ex-

diretora recebeu de fato ligações dos senadores José Roberto Arruda e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), conforme ela declarou. Suplicy conclamou Arruda a falar toda a verdade sobre o assunto.

O senador paulista argumentou que, em conversa com o jornalista Ricardo Noblat, diretor de redação do *Correio Braziliense*, pôde constatar que, tendo em vista as curtas distâncias que caracterizam Brasília, Arruda teria tido tempo hábil, no dia 27 de junho, para voltar em casa e encontrar-se com Regina Borges. No encontro, o senador teria solicitado a lista secreta de votação, entre a hora em que deixou o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), onde compareceu à posse do ministro Fernando Neves, e o momento em que chegou ao restaurante Piantella, onde jantou com Noblat.

Também em aparte, Arruda garantiu ter falado toda a verdade em seu discurso de quarta-feira, não tendo nada a acrescentar. "Vou esperar, com serenidade, que o Sena-



Romero Jucá assumiu ontem, interinamente, a liderança do governo no Senado Federal

do tome as providências cabíveis para esclarecer cabalmente esse episódio. De minha parte, pretendo colaborar integralmente com as investigações", garantiu.

José Roberto Arruda acusou Suplicy de aproveitar esse momento, em que ele está enfrentando dificuldades, para usar os meios de comunicação de maneira irresponsável, em proveito próprio. "Meu pai era pobre, não era um Matarazzo nem tinha fábricas, mas ensinou-me educação e sentimento de solidariedade humana."

Requião condena pesquisa do "Estado de S. Paulo"

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) criticou em Plenário a realização, pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, de pesquisa de opinião entre os senadores sobre as possíveis cassações dos mandatos de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)

e José Roberto Arruda (PSDB-DF).

Requião foi procurado na manhã de ontem por repórter do jornal, solicitando que ele votasse secretamente sobre o assunto. O senador considerou prematura e irresponsável a avaliação, uma

vez que as provas colhidas ainda não são de conhecimento da Casa.

— A pesquisa é de um sensacionalismo de terceira categoria que não condiz com um jornal da importância de *O Estado de S. Paulo* — afirmou.

Ex-diretora do Prodaseen relata como painel foi violado

Regina Célia Peres Borges confirma que, por solicitação de José Roberto Arruda em nome de Antonio Carlos Magalhães, alterou sistema eletrônico para verificar como os senadores votaram na sessão que cassou Luiz Estevão

A funcionária pública Regina Célia Borges, ex-diretora do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodaseen), reafirmou ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que cumpriu ordem transmitida pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) ao providenciar e entregar uma lista com os votos secretos dos senadores, dados na sessão que cassou o mandato de senador de Luiz Estevão. Foram mais de cinco horas de depoimento em que Regina Célia chorou várias vezes. Ela garantiu que não ficou com nenhuma cópia da listagem.

— Eu cumpro ordens. O senador José Roberto Arruda disse que pedia a lista em nome do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Não duvidei porque ele disse que eu deveria entregar a lista ao próprio Antonio Carlos — afirmou.

Ela reconheceu que cometeu “um grande erro”. “Desde então tenho vivido um calvário, mas não vi jeito de não cumprir a ordem”, disse Regina Célia, que pediu desculpas ao Senado e ao Prodaseen por ter provocado “tantos constrangimentos”, afetando a imagem de credibilidade do Prodaseen e do



No depoimento, Regina Célia disse ter ouvido de Arruda que a violação não poderia ser revelada nem “sob tortura”

próprio Senado.

Tendo na galeria o marido e um filho adolescente, Regina Célia disse que estava “abrindo sua alma” e contaria tudo que o ocorreu. Ela foi bastante detalhista. Disse que manteve quatro contatos com Arruda. O primeiro, no apartamento do senador, no dia 27 de junho do ano passado (véspera da cassação de Luiz Estevão). O segundo, também no apartamento, e o terceiro, no Senado. Neste encontro, conforme Regina Célia, Arruda lhe disse que a existência da lista “era coisa de sigilo a ser mantido até sob tortura”. O último encontro foi perto

da Igreja Perpétuo Socorro, no Lago Sul de Brasília, no carro oficial de Arruda, na presença do assessor Domingos Dias e do motorista do carro. O carro ficou em movimento enquanto eles conversavam, acrescentou.

Sobre Antonio Carlos Magalhães, Célia Regina sustentou ter recebido um telefonema do então presidente do Senado na noite de 28 de junho, quando ele agradeceu a obtenção da lista com os votos secretos. “Ele disse ‘valeu’ e acrescentou um elogio.” Mais tarde, quando surgiu a primeira notícia sobre a existência da lista, ela afirmou ter

procurado Antonio Carlos e este lhe disse “que aquilo era coisa do Arruda”, que teria vazado a informação para uma coluna política.

Quando a revista *IstoÉ* noticiou a existência da lista, ela voltou a se encontrar com Antonio Carlos na casa de uma de suas ex-assessoras, Isabel Flecha de Lima. Nessa ocasião, ela falou da preocupação com as investigações dos peritos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e ouviu que o senador nada poderia fazer. “Eu disse a ele então que pelo menos parasse de brigar no Senado e ele respondeu que só fazia isso por princípios.”

Questionada pelos senadores, a ex-diretora do Prodaseen detalhou as conversas e o local em que entregou a lista a um assessor de Arruda, Domingos Dias, e até diálogos que manteve com os dois. Informou que, já no segundo encontro com Arruda, quando surgiram as primeiras notícias do vazamento da informação, depois da publicação da revista *IstoÉ*, o senador achou que ela poderia ter algum gravador na bolsa e evitou conversar claramente sobre o assunto.

No final, quando os peritos da Unicamp descobriram que os computadores que alimentam o painel de votações haviam realmente sido violados na manhã de 28 de junho (eles só foram normalizados três dias depois), Arruda não quis mais receber a ex-diretora no gabinete e nem em seu apartamento.

“Aí eu só conseguia conversar com o assessor Domingos Dias”, o mesmo que recebeu a lista da votação secreta. Regina Célia informou que, na última vez, quando ela já havia confirmado à comissão de investigação do Senado a violação do painel, o assessor Domingos Dias lhe disse: “O senador vai negar tudo. Ele diz que agora é cada um por si”.

Pedro Simon diz que “a coisa já está provada”

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse temer que a corda arrebente do lado mais fraco. “O lado mais forte da



corda é o senador e o mais fraco é o funcionário”, comparou.

Simon reclamou que o presidente Fernando Henrique Cardoso cobre moral do Senado, mas faça tudo para evitar a CPI da Corrupção. Para Simon, a questão é se o Senado terá coragem de chegar a uma conclusão ou não, “porque a coisa já está provada”.

O senador também estranhou que Regina não tenha tido a menor curiosidade em olhar o conteúdo da lista. “Se eu estou na jogada, eu dou uma olhada”, admitiu. Segundo Simon, a fita dos procuradores fecha com o depoimento de Regina.

Carlos Bezerra quis saber como foi reunião com Arruda

A ex-diretora do Prodaseen Regina Célia Peres Borges revelou ao senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) que o primeiro encontro com o senador José Roberto Arruda durou de 15 a 20 minutos e negou afirmação dele de que foi à sua casa para tratar da Interlegis.

Ela disse que esteve uma vez com Antonio Carlos em seu gabinete e outra vez na casa da assessora dele, Isabel Flecha de Lima, que não foi informada sobre o tema da conversa. O senador Romeu Tuma (PFL-SP), corregedor-geral do Senado, perguntou se o assessor Domingos Lamoglia esteve presente nos encontros com Arruda. Regina disse que, na maioria das vezes, o assessor também participou das conversas.



Eduardo Suplicy questiona ação de Fernando Henrique

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) cogitou da possibilidade de os senadores José Roberto Arruda e Antonio Carlos Magalhães terem agido sob “coação psicológica” do presidente Fernando Henrique.

Regina afirmou que sua relação com eles é de uma servidora para um senador e não poderia fazer ilações a esse respeito. Suplicy revelou que ainda não tem posição definida em favor da cassação de Arruda e Antonio Carlos porque quer ver se eles adotaram o mesmo comportamento de Regina Célia, ou seja, se contarão “toda a verdade”, posição apoiada pelo relator, Roberto Saturnino. Suplicy pediu a convocação de todos os funcionários envolvidos, além dos motoristas de Arruda, e do jornalista Ricardo Noblat.



Osmar Dias pergunta se votos foram alterados

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) perguntou se houve modificação no voto de algum senador. Regina garantiu que não. “Eu não faria nem com uma metralhadora na minha frente”, afirmou. Ela acrescentou que o relatório da Unicamp constatou que o resultado da votação da cassação de Luiz Estevão não foi alterado.

Antero Paes de Barros (PSDB-MT) quis saber se o fato de ter sido casada com um primo do governador César Borges (BA) influenciou na sua nomeação para o Prodaseen. Regina informou que os servidores do Prodaseen realizam uma eleição e enviam o resultado aos senadores como sugestão, já que o cargo é privativo da Presidência. Antero observou ainda que esse caso comprova que nenhuma ordem absurda deve ser obedecida.



Souto estranha falta de confirmação do pedido com ACM

O senador Paulo Souto (PFL-BA) assinalou que um ponto do depoimento de Regina não se modificou: a opinião dela sobre o comportamento ético do senador Antonio Carlos Magalhães. Ele também questionou o fato de ela não ter procurado confirmar o pedido de Arruda em nome de Antonio Carlos.

Regina disse ter imaginado que Antonio Carlos havia utilizado um intermediário para evitar constrangimentos e acreditava que, se o procurasse, poderia aumentar esse constrangimento. Ela disse ainda que teria certeza da origem do pedido quando entregasse a lista a Antonio Carlos, como Arruda havia combinado, e que, se o então presidente não tivesse ligado no dia seguinte, como fez, ela o procuraria.



“Não lemos a lista nem tiramos cópia. Até o disquete foi apagado”

O momento de maior suspense do depoimento de Regina Célia Borges surgiu de uma pergunta da senadora Heloísa Helena (PT-AL), citada pelo senador Antonio Carlos Magalhães — conforme reportagem da revista *IstoÉ* declarações do procurador da República Luiz Francisco de Souza — como exemplo de quem votou contra a cassação do ex-senador Luiz Estevão. A ex-diretora do Prodasen garantiu que não tirou qualquer cópia da lista de votação da sessão secreta.

— Não lemos a lista nem tiramos cópia. Até o disquete foi apagado. Aquilo queimava as nossas mãos. Pusemos num envelope pardo e fechamos — sustentou Regina Célia, referindo-se a outro funcionário do Prodasen, Ivar Alves Ferreira, que é seu marido.

Assim, por não ter lido a folha impressa, Regina Célia afirmou que não saberia responder sobre como havia votado Heloísa Helena. Ela repetiu que o disquete “foi deletado na mesma hora”. A cópia foi feita na noite de 28 de junho do ano passado, mesmo dia da sessão que casou Luiz Estevão.

Regina Célia assumiu toda a responsabilidade pela violação dos computadores do painel de votações do Senado. Disse que seu marido, Ivar Alves Ferreira, teve a aju-

da, em maior ou menor grau, de outras três pessoas: Heitor Ledur, técnico responsável pela manutenção do sistema; Hermilo Gomes da Nóbrega, técnico do Prodasen, e Sebastião Gazola, da empresa Panaví-

deo, que presta serviços de manutenção do painel. Conforme a ex-diretora, só Gazola não sabia a razão da mudança no programa de computador. Todos foram convidados a depor no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar a partir das 17h de terça-feira. A operação foi realizada na madrugada, na manhã e na noite do dia 28 e três dias depois, a última vez para recolocar a programação que impedia a feitura de cópias dos votos secretos.

Por várias vezes, Regina Célia afirmou que os funcionários só resolveram participar da operação porque se tratava de uma ordem do então presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, “um homem bravo que nenhum funcionário tinha coragem de contestar”. Heitor Ledur, ex-militar, foi o primeiro a confirmar no depoimento à comissão de investigação do Senado que o painel havia sido violado. “Acredito que ele só cumpriu a minha ordem por sua formação militar. Para ele, ordem tem de ser cumprida, ainda mais quando ela vem do presi-

dente do Senado”, observou. Depois que a Unicamp descobriu a violação, a ex-diretora observou que teve “de distribuir Lexotan entre eles, tal a tensão, o verdadeiro pânico que se instalou”.

Durante todo o tempo em que mobilizou a equipe, junto com seu marido Ivar, para mudar o programa do computador do painel, Regina Célia disse que tinha “total consciência da gravidade” do ato que praticavam. E mais: eles só admitiram a operação no momento em que os técnicos da Unicamp fizeram suas descobertas e aí todos que depuseram à comissão de inquérito refizeram seus depoimentos.

— Eu não gosto de mentir, mas fui levada a isso. Me dói profundamente saber que essa lesão afeta o Prodasen, uma instituição séria e de credibilidade, e até a imagem do Senado — afirmou a funcionária.

Questionada pelos senadores, Regina Célia colocou seu sigilo telefônico à disposição do Conselho de Ética e concordou, se necessário, em fazer uma acareação com os senadores Arruda e Antonio Carlos. Com a quebra de sigilo, proposta pelo relator do processo, senador Saturnino Braga (PSB-RJ), os membros do conselho querem confirmar as conversas telefônicas da ex-diretora com os senadores e assessores. A certa altura do depoimento, Regina Célia sentiu-se mal, pedindo uma interrupção, que durou cerca de 15 minutos.

Lando indaga se houve pedido anterior de violação

Ao senador Amir Lando (PMDB-RO), a ex-diretora Regina Célia explicou ser possível que um senador, tendo a senha de outro, modifique o voto deste segundo parlamentar. Ela acrescentou que essa mudança teria que ser feita em Plenário, antes do final do encerramento da votação, em um dos terminais usados pelos senadores para votar. Declarou ainda que nunca recebeu, antes ou depois, qualquer outra solicitação para violar sigilo de votação secreta, e afirmou não ter idéia do motivo de os senadores Antonio Carlos e Arruda pedirem a lista e o que fariam com ela.



Heloísa pergunta se a decisão foi tomada sob coação

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) quis saber se a ex-diretora do Prodasen havia aceitado violar o painel eletrônico de votação por confiar nos senadores que lhe pediram ou porque se sentira coagida. Regina Célia Peres Borges respondeu que “as coisas foram juntas, a confiança ao lado do constrangimento”, e que, naquele momento, não via alternativa. A senadora solicitou a quebra do sigilo telefônico de Regina e que o presidente Jader Barbalho disponibilize os telefones dos senadores e funcionários envolvidos.



Maldaner quis saber se ex-diretora foi ameaçada

O senador Cassido Maldaner (PMDB-SC) perguntou se Regina Célia tem sofrido alguma ameaça ou retaliação por ter dito a verdade. Ela explicou que tudo foi desnudado, a rotina do episódio foi detalhadamente definida no relatório da Unicamp, com senha e horário em que foi feito. “E tem uma responsável: fui eu quem pedi para fazer”, assumiu. Segundo ela, o limite foi a responsabilização de um colega seu, quando, então, não viu outra saída senão contar tudo. Regina revelou que não falou mais com Arruda e Antonio Carlos depois da confissão.



Conselho convidará Antonio Carlos e Arruda para depor

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar decidiu ontem, já à noite, convidar para depor os senadores José Roberto Arruda e Antonio Carlos Magalhães, em data ainda a ser marcada. O presidente do conselho, Ramez Tebet (PMDB-MS), disse que os dois deverão ser os últimos a falar.

Também sem data marcada, foi convidada a ex-assessora de Antonio Carlos Magalhães Isabel Flecha de Lima, dona da casa

onde a ex-diretora do Prodasen Regina Célia Peres Borges se encontrou pela segunda vez com Antonio Carlos Magalhães para discutir o que fazer após a divulgação de que o painel fora violado.

O conselho terá a partir de agora reuniões às terças, quintas e, se necessário, às sextas-feiras, para acelerar as investigações em torno da violação do painel de votações.

Dutra diz que ACM comentou como Heloísa Helena havia votado

Antes do depoimento, ontem, da ex-diretora do Prodasen Regina Célia Peres Borges, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, afirmou no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que o senador José Roberto Arruda o alertara, na véspera da cassação de Luiz Estevão, que o painel de votações não era seguro. Segundo disse, Arruda o aconselhou a “espalhar isso para os outros senadores”.

No dia seguinte à cassação, acrescentou Dutra, o então presidente



José Eduardo Dutra: “Agora se confirma a violação do painel”

do Senado Antonio Carlos Magalhães sustentou, numa conversa que tiveram no gabinete da Presidência, que a senadora Heloísa Helena (PT-AL) votara a favor de Luiz Estevão. Dutra afirmou que não deu importância às duas declarações pelo fato de, à

época, estarem circulando boatos sobre a vulnerabilidade do painel. “No entanto, agora que se confirma a violação do painel, acho da maior importância o que os dois me disseram em particular. Esse fato tem de entrar em nossas reflexões.”

Ex-diretora autoriza a quebra de seu sigilo telefônico

A ex-diretora do Prodasen Regina Célia Peres Borges autorizou a quebra de seu sigilo telefônico. A sugestão havia sido feita pelo relator no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ). Ainda durante seu depoimento, Regina revelou que, após a publicação pela imprensa das denúncias de violação do painel, ela manteve encontros com o senador Antonio Carlos Magalhães.

Questionada por Saturnino sobre não ter consultado Antonio Carlos sobre o pedido do senador José Roberto Arruda, Regina Célia respondeu que não checou a solicitação porque estava sendo feita pelo líder do governo. Após seu depoimento na comissão de inquérito administrativo, quando revelou que participara da quebra do sigilo do painel, ela disse ter tentado falar com Arruda. “Domingos (assessor de Arruda)



Saturnino quis saber por que ACM não foi consultado sobre pedido

me disse que Arruda negaria até o fim.”

Regina lembrou que, após a revista *IstoÉ* ter revelado a existência da lista, o clima passou a ser de pânico entre os funcionários envolvidos no caso.

— Procurei Arruda e ele disse que teria que segurar os meninos, manter silêncio. Quando Antonio Carlos Magalhães chegou de Miami, fui a ele e falei que estava preocupada que a Unicamp descobrisse, ou que algum técnico falasse. Ele respondeu que em relação à Unicamp não podia fazer nada.

A ex-diretora disse ainda que, a partir do momento em que surgiu a notícia sobre o voto da senadora Heloísa Helena contra a cassação do então senador Luiz Estevão, começou o seu “calvário”. Na ocasião ela procurou Antonio Carlos, que teria dito que o vazamento da informação tinha sido “coisa do Arruda”.

Marluce repudia política indigenista da Funai

Segundo a senadora, é necessário que o órgão indigenista tenha uma atuação que permita aos índios o pleno exercício da cidadania

Ao destacar o Dia do Índio, a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) repudiou ontem a política indigenista adotada pela Funai, voltada, segundo ela, quase que exclusivamente para a demarcação de terras. Marluce disse que a data deve servir como motivo de reflexão profunda sobre a necessidade de uma política mais adequada, que permita aos índios a garantia do pleno exercício da cidadania e do respeito ao seu habitat natural, valores morais, costumes e cultura.

Na opinião de Marluce Pinto, as demarcações têm sido feitas sem



Para Marluce Pinto, demarcações têm sido feitas sem critério

critérios justificáveis. Atualmente, continua, há 563 terras indígenas demarcadas, totalizando aproximadamente 98 milhões de hectares, o que equivale a 11,34% do território nacional, disse. Outras 34 áreas, acrescentou, estão em processo de demarcação e 62 são objeto de estudos para serem demarcadas. Das 34 áreas com demarcação em andamento, alertou a senadora, 17 estão sob custódia do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal, órgão financiado pelo G-7, que reúne os sete países mais desenvolvidos.

Ainda segundo a senadora, os estados do Amazonas, Pará e Roraima abrigam mais de 50% do total de índios existentes no país. "O Amazonas com 89 mil índios; o Pará, 45 mil; e Roraima, 37 mil", disse, observando que os três estados disponibilizam 70% do total de hectares destinados aos índios em todo o território, correspondentes a 70 milhões de hectares.

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO), na presidência da sessão, disse que a Mesa do Senado se associava à homenagem feita pela senadora ao Dia do Índio. Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) informou sobre a manifestação ocorrida em Brasília em homenagem ao índio Pataxó Hã-Hã-Hã Galdino Jesus, queimado vivo há quatro anos por adolescentes.

Mozarildo lê carta de maçons contra ONGs na Amazônia

Como forma de homenagear o Dia do Índio e o Dia do Exército, comemorados ontem, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) leu, em Plenário, manifesto de duas entidades maçônicas do estado de Roraima que condenam as atividades de organizações não-governamentais (ONGs) na Amazônia. De acordo com o documento, dirigido a toda a sociedade brasileira, as organizações são pouco sérias e "visam à esterilização do progresso" na região.

Segundo os maçons, as ONGs não se limitam a impedir a exploração da biodiversidade e das riquezas naturais da região de forma sustenta-

da. Tais organizações, consideram, influem na demarcação de terras indígenas, o que é considerado, na carta, como "inadmissível".

Em outro trecho do documento, os dois grupos maçônicos avaliam que o Exército, presente na Amazônia desde o início do século 17, tem sido "fiel cumpridor de sua obrigação de desenvolver e integrar os diversos pontos da fronteira". As entidades louvaram o fato de as Forças Arma-



Mozarildo Cavalcanti elogiou ações do Exército na Amazônia

das terem instalado um centro de pesquisas médicas na Amazônia. Com isso, afirmam, deve ser intensificado o combate à febre amarela, à malária e à dengue, entre outras doenças típicas dos trópicos.

O senador aproveitou a oportunidade para encaminhar à Mesa moção de apoio dirigida ao Exército pela instalação do 6º Pelotão Especial de Fronteira no município de Uiramutã (RR).

cito desempenhou papel de destaque. É o caso, disse, da "memorável batalha dos Guararapes, quando os combatentes brasileiros conseguiram vencer três mil homens do exército invasor da Companhia das Índias Ocidentais, e da Primeira e Segunda Guerras Mundiais".

O senador também rememorou episódios da sua própria vida pessoal, quando, nos anos de 1969 e 1970, serviu como soldado do Batalhão da Guarda Presidencial (BGP), em Brasília. Ele lembrou ter recebido, das mãos do general Manuel de Jesus e Silva, o Diploma e a Barreta de Praça Mais Distinto, honraria concedida aos soldados que se destacam pelo desvelo na instrução, pela disciplina e mérito intelectual.

Dia do Exército é lembrado em Plenário por Maguito Vilela

O Dia do Exército, comemorado ontem, foi lembrado em Plenário pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO), que salientou a importância da instituição que, avalia, sempre cumpriu "com brilho, dignidade e altivez" suas funções de defesa do país.

— Em pleno início do século 21, depois de muitas eras que marcaram o nascimento e a estruturação, em 1648, do Exército Brasileiro, a aceleração da globalização e o crescimen-



Maguito ressaltou a importância do Exército na defesa do país

to do mercado clandestino de drogas e armas impõem novos desafios — disse.

O senador entende que o Exército tem-se preparado para continuar cumprindo sua missão de defender a pátria e garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem. Para Maguito, o Exército goza "de credibilidade, da admiração e do respeito de toda a sociedade brasileira".

Maguito relatou momentos da história brasileira em que o Exér-

Valmir Amaral homenageia os 41 anos da fundação de Brasília

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) homenageou ontem os 41 anos de Brasília, que serão comemorados amanhã. No pronunciamento, ele lembrou o esforço despendido na construção da nova capital e a importância da cidade para a integração das diversas regiões do país.

— Brasília não é apenas a cidade modernista nascida da genialidade de Lúcio Costa e da criatividade de Oscar Niemeyer. É o ponto mais concreto de um projeto de integração nacional. O plano de Juscelino Kubitschek era rasgar um cruzeiro de estradas, dos quatro pontos cardeais, tendo por base Brasília.

Valmir Amaral também lembrou as resistências encontradas pelo ex-presidente Juscelino Kubitschek

para implementar a mudança da capital. "JK teve a audácia de construir, em pleno chão do Cerrado, a nova capital dos brasileiros", disse.

Na presidência da sessão, o senador Edison Lobão (PFL-MA) associou-se à homenagem e disse que Juscelino teve o mérito de promover o crescimento do país a partir do Plano Central. O senador também falou sobre sua relação com a cidade, na qual mora desde 1962, e dirigiu cumprimentos a todos os que tenham ajudado a construí-la.



Valmir Amaral: Brasília é símbolo de integração

Ricardo Santos reivindica verbas para o porto de Barra do Riacho

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) reivindicou mais verbas para o porto de Barra do Riacho (ES). Segundo disse, o pleno funcionamento do porto no escoamento de produtos florestais e de combustíveis terá influência decisiva para baixar o "custo Brasil". Ele anunciou ter apresentado emenda que aumenta de R\$ 14,5 milhões para R\$ 40 milhões anuais as dotações para o porto no Plano Plurianual (PPA 2000/2003), atualmente em fase de revisão na Comissão Mista de Orçamento.

Para Ricardo Santos, é indispensável que o Ministério dos Transportes redefina suas prioridades

em relação à modernização da infra-estrutura portuária brasileira, destinando mais recursos orçamentários a projetos como Barra do Riacho, onde é vantajosa a relação custo/benefício.

O senador lembrou que o simples fato de Barra do Riacho estar localizada fora da região metropolitana constitui diferencial competitivo importante, garantindo ao porto amplas possibilidades de expansão de sua área.



Ricardo Santos: intenção é reduzir o "custo Brasil"

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO HOJE

6h30 — *Cidadania* — O sen. Paulo Hartung e o presidente do IBGE, Sérgio Bersseman Vianna, falam sobre indicadores sociais
7h30 — *Entrevista* — Ana Cristina Barros do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia fala sobre o desenvolvimento sustentável da Amazônia
8h — *Jornal do Senado* — As principais notícias do dia
8h30 — *Saúde/Unip* — Alcoolismo — Doença na família — Parte 1
9h — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após — *CPI do Roubo de Cargas* (gravado)
13h30 — *Cidadania* — O sen. Mozarildo Cavalcanti e o coordenador geral de Defesa dos Direitos Indígenas, Sebastião Terena, falam sobre as questões indígenas no novo milênio
14h30 — Sessão Plenária (gravado)

18h30 — *Quem tem medo da música clássica?* — Concertos para piano, de Franz Liszt com a pianista Israela Margalit
19h — *Entrevista* — O sen. Álvaro Dias fala sobre as reformas estruturais
19h30 — *Missa de Páscoa do Congresso* (gravado)
20h30 — *Entrevista* — Ana Cristina Barros do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia fala sobre o desenvolvimento sustentável da Amazônia
21h — *Jornal do Senado* — As principais notícias do dia
21h30 — *Espaço Cultural* — Carlos Prieto — violoncelista
22h — *Fala Cidadão* — A conexão do Senado com a sociedade
22h30 — *Teatro Arthur Azevedo* — Ramanda e Rudá
23h30 — *Entrevista* — Ana Cristina Barros do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia fala sobre o desenvolvimento sustentável da Amazônia
24h — *Quem tem medo da música clássica?* — Concertos para Piano, de Franz Liszt com a pianista Israela Margalit

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



O senador Ricardo Santos recebeu grupo de representantes da extinta TV Manchete

CE vai realizar audiência para decidir sobre Rede TV!

Antes de apreciar, no próximo mês, o projeto de decreto legislativo que renova a concessão da TV Ômega, que tem o nome de fantasia de Rede TV!, a Comissão de Educação (CE) realizará audiência pública com representantes da emissora, do Ministério das Comunicações e dos sindicatos dos trabalhadores da empresa. A TV Ômega é a sucessora da Rede Manchete, que durante anos foi de propriedade da família Bloch.

Apesar de o pedido de renovação já ter sido aprovado pela Câmara dos Deputados, o presidente da CE, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), encaminhou ao presidente da TV Ômega, Amilcare Dallevo Júnior, pedido de informações consideradas indispensáveis para que o projeto entre na pauta de votação.

Entre os documentos solicitados por Ricardo Santos, estão a atualização dos comprovantes de que a emissora está em dia com suas obrigações sociais e contribuições sindicais, das certidões de quitação de tributos federais, do certificado de situação financeira junto à Caixa Econô-

mica Federal (CEF) e da certidão negativa de débito junto ao INSS.

Ontem, Ricardo Santos recebeu um grupo de representantes dos funcionários da ex-TV Manchete, liderado pelo diretor do Sindicato dos Radialistas do Estado de São Paulo, Roberto Souza Machado. O sindicalista solicitou ao presidente da comissão que lute pelo cancelamento do decreto do governo que transferiu a concessão da Rede Manchete para a TV Ômega, em 1999, caso não seja paga uma dívida trabalhista assumida com 1.612 funcionários da ex-Manchete.

Após observar que os profissionais não recebem salários há mais de um ano e meio, o representante dos funcionários estranhou que a Câmara dos Deputados tenha aprovado o pedido de renovação.

Roberto Machado também defendeu a transferência da TV Ômega para um novo grupo, mediante licitação. E observou que as concessões para as cidades do Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo estão vencidas desde 1996.

Renovadas concessões para funcionamento de seis rádios

O Plenário do Senado aprovou ontem seis projetos de decreto legislativo renovando as concessões para o funcionamento das rádios Guarani e Inconfidência, de Belo Horizonte; Litoral Norte, de São Sebastião (SP); Birigüi, de Birigüi (SP); Assunção de Jales, de Jales (SP); e Canoa Grande, de Igarçu do Tietê (SP).

Na mesma sessão, foram aprovados requerimentos solicitando o desapensamento de projetos para tramitação isolada, entre os quais o de autoria do senador Roberto Requião (PMDB-PR) propondo a validade do voto de autor de projeto quando em exame da matéria por comissão. A proposição

não mais tramitará em conjunto com o projeto de resolução de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que altera diversos dispositivos do Regulamento Interno do Senado.

Também não ficará mais apensado ao projeto de Alcântara o projeto de resolução de autoria do senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) que cria a Comissão de Defesa do Consumidor. O Plenário aprovou ainda requerimento apresentado pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE) no sentido de que tramitem conjuntamente diversos projetos tratando da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Aprovada a criação de parque nacional no Paraná

Área de 24 mil hectares da Mata Atlântica concentra importantes espécies de plantas e animais silvestres, como o mico-leão-cara-preta

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei de autoria do deputado Luciano Pizzatto (PFL-PR) que cria o Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange, com 24 mil hectares, em trecho da Mata Atlântica localizado no Paraná. Situado próximo ao balneário Caiobá, o parque compreenderá área onde ainda se encontram preservadas importantes espécies de plantas e animais silvestres, entre esses o mico-leão-cara-preta. A matéria será enviada à sanção presidencial.

Segundo Pizzatto, além da preservação da biodiversidade, a criação do parque propiciará a manutenção do equilíbrio ambiental dos balneários da região e de suas

comunidades. Como irá se tratar de uma unidade de conservação ambiental, o parque permitirá a interação saudável entre os seres humanos e a natureza. Os limites do parque não abrangerão áreas de Mata Atlântica utilizadas para subsistência ou produção intensiva, além daquelas urbanizadas e de outras consideradas relevantes para o desenvolvimento regional.

O parque ganhou o nome Saint-Hilaire/Lange em homenagem ao pesquisador Saint-Hilaire, que há mais de um século demonstrou sua preocupação com a proteção daquela área, e ao biólogo Ribas Lange, um dos mais ardorosos defensores da Mata Atlântica da

atualidade.

REGRAS PARA EXPLORAÇÃO
Embora tenha votado favoravelmente ao projeto, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) observou que a criação de parques não é tão importante quanto o estabelecimento de regras para a exploração dos recursos genéticos da fauna e flora brasileiras. O senador lembrou que está parado na Câmara dos Deputados projeto de lei do Senado norteando o acesso a materiais colhidos em plantas e animais com o fim de produzir medicamentos e outros produtos. De autoria da senadora Marina Silva (PT-AC), o projeto foi modificado por meio de substitutivo apresentado pelo próprio Osmar.

Amir Lando defende mudanças na lei sobre o uso da terra em Rondônia

A Medida Provisória nº 2.048, que determina que as propriedades rurais em Rondônia só podem explorar 20% da sua área, preservando-se os 80% restantes como reserva florestal, foi criticada ontem pelo senador Amir Lando (PMDB-RO). Ele defende sua substituição pelo Zoneamento Socioeconômico do Estado, que adota um critério flexível.

— Levando em conta uma realidade que consulta muito mais os interesses da população, o zoneamento permite a utilização de 30% a 100%



Lando: "Agricultores estão sendo enxotados de Rondônia"

das terras de uma propriedade — disse ele.

Lando afirmou que a Amazônia dispõe de aproximadamente 100 milhões de hectares de terras férteis, propícias para atividades agrícolas e pastoris. No entanto, apesar de o governo haver estimulado a ocupação da Amazônia, inclusive com a promessa de que cada chegante teria direito a 100 hectares, os agricultores "estão sendo enxotados de Rondônia".

O erro dessa nova estratégia, segundo o senador, permite que se desconfie das intenções de quem a adotou. Ele próprio insinuou que

não apenas a MP 2.048, mas a falta de iniciativa oficial no que se refere a implementação de uma reforma agrária, "dá margem a que se pense numa limpeza da área para que ela venha a ser ocupada por povos mais adiantados". Essa situação, disse o senador, não pode ser aceita. Ele lembrou que o povo de Rondônia venceu todas as dificuldades que se apresentaram, dos pântanos à malária, para ocupar a região, com estímulos do próprio governo, e agora se vê abandonado.

Em aparte, Casildo Maldaner (PMDB-SC) lembrou que milhares de catarinenses se deslocaram para Rondônia, estimulados pelo governo federal, que estaria empenhado em ocupar a Amazônia.

Cândido lembra mortos pela violência no campo

Os cinco anos do assassinato de 19 trabalhadores rurais em Eldorado dos Carajás (PA) — transcorridos no último dia 17 — representam a oportunidade de reflexão sobre a violência no campo, afirmou ontem o senador Geraldo Cândido (PT-RJ). "A história da luta pela terra foi escrita com sangue. Não foram poucos os que tombaram pelos seus ideais", afirmou o senador.

Cândido fez um inventário de epi-

sódios de violência no campo cujos responsáveis não foram ainda punidos. Um deles, o assassinato da sindicalista paraibana Maria Margarida Alves, ocorreu há quase 18 anos. Dados da Pastoral da Terra, apresentados pelo senador, indicam que entre 1985 e 1995 foram assassinadas 922 pessoas no campo, somando-se mais de 820 registros de tentativas de homicídio e 2.412 ameaças de morte. "Em razão desses cri-

mes, apenas 57 pessoas foram processadas e tão-somente 12 condenadas", disse.

Cabe ao governo federal, na avaliação do senador, eliminar a tensão no campo, fazendo a reforma agrária. "Segundo o Incra, 2% de proprietários rurais são donos de mais de 50% das terras", ressaltou.



Cândido "A história da luta pela terra foi escrita com sangue"

CRE vai ouvir ex-diplomata exonerado no regime militar

Motivo oficial da demissão foi abandono de cargo, mas Jacques Guilbaud, que hoje trabalha como porteiro em Paris, alega razões políticas

O ex-diplomata Jacques Guilbaud, exonerado pelo Itamaraty durante o regime militar, deporá na terça-feira na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, informou ontem, em Plenário, o senador Roberto Requião (PMDB-PR). De acordo com o sena-



Requião foi quem requereu à comissão o depoimento

dor, o ex-diplomata trabalhou no Serviço de Inteligência do Itamaraty, onde tomou conhecimento de desvios de verba e superfatu-

ramento na compra do prédio da embaixada brasileira em Lisboa.

Requião disse que o diplomata passou a sofrer perseguição e foi removido para o Canadá, onde, desesperado, pediu asilo político. Posteriormente, o Itamaraty o exonerou sob a alegação de abandono de cargo. Hoje, o ex-diplomata trabalha como porteiro em Paris. Jacques Guilbaud sustenta

ter sido demitido por razões políticas, mas o motivo oficial da exoneração impediu que ele fosse contemplado pela Lei de Anistia.

O senador revelou que, durante mais de um ano, tentou rever a demissão na esfera administrativa. "As sucessivas evasivas e a continuidade da omissão levaram-me a pedir à CRE a convocação do Sr. Jacques Guilbaud. E na terça-feira teremos a sua versão, que oficialmente não foi conhecida até hoje pelo Senado e no Brasil", afirmou. Requião adiantou que o dossiê elaborado por Guilbaud tem consistência.

Suplicy critica demissão no Itamaraty

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) protestou ontem contra a decisão do ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, de demitir o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães do cargo de diretor do Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais do Itamaraty. "A decisão de Lafer foi injusta e equivocada, indigna da sua trajetória de liberal, discípulo declarado de Hannah Arendt e Norberto Bobbio. Começa mal a gestão de Celso Lafer no Itamaraty", afirmou.

Suplicy disse que o artigo de Lafer publicado na *Folha de S. Paulo*, em que tenta justificar a sua decisão relacionando-a à questão da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), não acrescenta informações ou ar-

gumentos novos, mas confirma que a demissão teve cunho político, tendo decorrido de manifestações públicas do embaixador acerca da Alca.

— Vai ficando cada vez mais claro que Lafer e seus auxiliares cometeram não só uma injustiça, mas um erro político. Estão pagando e vão pagar o preço deste erro. O que se está tentando fazer é punir com a perda de um cargo uma voz crítica da Alca — disse o senador.

O embaixador afastado, afirmou Suplicy, tem sido nos últimos anos um dos principais analistas de temas estratégicos de política externa, como o Mercosul, a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Alca.

Para o senador, o ministro Lafer não tem base para alegar

que faltaria isenção e objetividade ao embaixador Guimarães para promover um verdadeiro diálogo com a sociedade ou constranger esse diálogo. Segundo afirmou, nos últimos meses, o embaixador tem dado contribuições sérias e fundamentadas sobre a eventual criação da Alca.

Suplicy lembrou que o governo brasileiro, oficialmente, não tem posição fechada pró-Alca e que Lafer costuma dizer que a futura área de livre comércio é opção e não destino. "Nesse contexto, críticas como a do embaixador Guimarães são justificadas e até úteis para o governo, ou devemos supor que o discurso do ministro Lafer e do próprio presidente da República sobre a Alca seja mera fachada?", concluiu.

Jader recebe grupo francês que pretende investir no país

O presidente do Senado, Jader Barbalho, recebeu ontem Pierre Daurès, vice-presidente executivo do Grupo Bouygues, que atua nos setores de telecomunicações e transportes urbanos, e planeja realizar investimentos no Brasil. O grupo atua em 30 países, sendo oito da Europa, e emprega cerca de 110 mil funcionários.



Delegação chinesa visita Plenário

O senador Edison Lobão (PFL-MA), na presidência dos trabalhos da sessão de ontem, cumprimentou a delegação de chineses em visita ao Plenário. A delegação era formada por representantes da embaixada da China e pelo vice-presidente da Indústria Chinesa de Aviação, Shi Chuan, entre outros.

Ademir: Brasil deve ser duro na negociação da Alca

Embora reconhecendo que o Brasil nada perde em negociar a formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), o senador Ademir Andrade (PSB-PA) recomendou ontem que o país seja duro na defesa dos seus interesses. Ele pediu que o



Ademir diz que Mercosul deve ser prioridade número um

Brasil não aceite nada que não inclua o fim dos subsídios norte-americanos à agricultura e à suspensão das barreiras contra nossas exportações.

Em defesa de sua tese, o senador argumentou que, apesar da alíquota média de importação praticada pelos Estados Unidos ser muito inferior à do Brasil, estima-se que cerca de 60% das exportações brasileiras para os Estados Unidos estejam sujeitas a algum tipo de barreira não-tarifária.

O senador sustentou que o Mercosul deve ser a prioridade número um da diplomacia brasileira na formação de blocos econômicos.

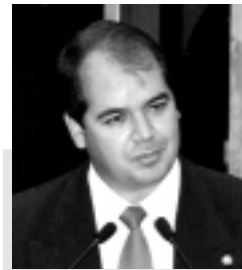
Em sua opinião, a integração entre países semelhantes é mais conveniente que a integração com nações diferentes, daí por que o livre comércio deve ser aceito pelos brasileiros somente se puder ajudar na luta pelo desenvolvimento com justiça social.

Lembrando que a Terceira Cúpula das Américas, reunida em Quebec (Canadá), trabalha com um cronograma para que a Alca comece a vigorar em 2006, o senador explicou que esse acordo aduaneiro só se efetivará mesmo em 2016. Como até 2006 muita coisa ainda pode acontecer, ele disse que o Brasil pode até decidir não entrar na Alca.

Essa é mais uma razão pela qual Ademir Andrade acha que o Brasil deve continuar a promover o fortalecimento do Mercosul e a eventual inclusão de outros países nesse bloco. Da mesma forma, ele acha que o Brasil deve começar a negociar uma área de livre comércio com a União Européia.

Tião Viana defende mais investimentos em pesquisa

O senador Tião Viana (PT-AC) lamentou que os investimentos do país em pesquisa representem apenas 1,2% do PIB nacional. Segundo o parlamentar, menos de 15% desse montante é financiado pelo setor privado, ao passo que em países como a Coreia



Para Viana, estados também precisam investir mais em

do Sul essa relação é de 50% e nos Estados Unidos ultrapassa os 80%. O senador criticou o fato de o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) destinar a maior parte da sua verba para os estados do Sul e Sudeste. O senador afirmou que 45% das bolsas de doutorado e 35% das bolsas de mestrado concedidas pelo CNPq são destinadas ao estado de São Paulo.

A história da instituição criada em 1951 pelo presidente Eurico Gaspar Dutra foi ressaltada pelo senador, para quem o CNPq teve papel fundamental no desenvol-

vimento da energia nuclear e na construção do primeiro acelerador de partículas no país na década de 50. Tião Viana disse que no início dos anos 90 o órgão foi o responsável pela introdução da tecnologia da Internet no Brasil. Hoje o CNPq é o principal financiador

do telescópio Soar, primeiro em terra capaz de gerar imagens mais nítidas do que aquelas proporcionadas pelo famoso satélite americano Hubble.

A política de bolsas para mestrado e doutorado concedidas pelo CNPq proporcionou um aumento significativo do número de doutores no país, que, ao longo da última década, pulou de 1 mil para 5 mil. Mas mesmo assim o senador reivindica que os estados se conscientizem da importância de destinar 12,5% da arrecadação do ICMS para o setor de ciência e tecnologia, conforme determina a lei.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Jader Barbalho, Edison Lobão e Mauro Miranda e pela senadora Marluce Pinto